ISSN 1809-1628
REVISTA MULTIDISCIPLINAR
HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (FINOM)
FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS

Caminhos para a Inclusão: Análise e Propostas para Superar a Exclusão Educacional

Paths to Inclusion: Analysis and Proposals to Overcome Educational Exclusion

Doi 10.5281/zenodo.15084707

Eliane Alves e Silva Nascimento [1]
Fabíola dos Santos Cardoso [2]
Mirian Rejane Alves Ferreira Moreira[3]
Lilia Martins dos Anjos Goulart[4]
Jeromice Moreira da Silva[5]

Resumo: A inclusão educacional é um princípio essencial para garantir equidade e qualidade no ensino, mas ainda enfrenta desafios significativos. A exclusão linguística de estudantes indígenas em escolas rurais, onde o currículo é predominantemente em português, representa uma das principais barreiras à aprendizagem e ao desenvolvimento cultural. Este estudo tem como objetivo analisar os desafios da exclusão linguística e propor estratégias para um currículo mais inclusivo e alinhado às realidades desses alunos. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão integrativa da literatura, baseada na análise de artigos publicados entre 2015 e 2024 em bases de dados acadêmicas. Os resultados indicam que a ausência de currículos bilíngues, a falta de formação específica de professores e a escassez de materiais didáticos adaptados dificultam a inclusão efetiva dos estudantes indígenas. Para enfrentar esse problema, são sugeridas estratégias como a implementação de currículos bilíngues, a capacitação docente em educação intercultural e a participação ativa da comunidade na formulação curricular. Conclui-se que a adaptação curricular pode desempenhar um papel fundamental na construção de um ensino mais equitativo e na valorização da identidade cultural dos alunos indígenas, promovendo sua permanência na escola e seu sucesso acadêmico.

Palavras-chave: inclusão educacional; exclusão linguística; educação indígena; currículo bilíngue; formação docente.

[1] Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. elianeasn68@gmail.com
[2] Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. fabiola1cardoso@yahoo.com
[3] Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. mirianrejane1@gmail.com
[4] Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail. liliaeeliomar@gmail.com
[5] Professora Doutora, pela Universidade Del Sol - Unades. E-mail.jeromice@hotmail.com

Recebido em 20/02/2025
Aprovado em: 25/03/2025

Sistema de Avaliação: ***Double Blind Review***

OPEN ACCESS

ISSN 1809-1628
REVISTA MULTIDISCIPLINAR
HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (FINOM)
FACULDADE DO NOROESTE DE MINAS

Abstract: Educational inclusion is an essential principle for ensuring equity and quality in education, yet it still faces significant challenges. The linguistic exclusion of Indigenous students in rural schools, where the curriculum is predominantly in Portuguese, represents one of the main barriers to learning and cultural development. This study aims to analyze the challenges of linguistic exclusion and propose strategies for a more inclusive curriculum aligned with the realities of these students. The research adopts a qualitative approach through an integrative literature review, based on the analysis of articles published between 2015 and 2024 in academic databases. The results indicate that the absence of bilingual curricula, the lack of specific teacher training, and the scarcity of adapted teaching materials hinder the effective inclusion of Indigenous students. To address this issue, strategies such as the implementation of bilingual curricula, teacher training in intercultural education, and active community participation in curriculum development are suggested. The study concludes that curriculum adaptation can play a fundamental role in building a more equitable education system and valuing Indigenous students' cultural identity, promoting their school retention and academic success.

Keywords: educational inclusion; linguistic exclusion; Indigenous education; bilingual curriculum; teacher training.

1. Introdução

A inclusão educacional é um princípio essencial para garantir a equidade e a qualidade do ensino. No entanto, diversos fatores podem levar à exclusão de grupos específicos, prejudicando seu acesso à educação e ao desenvolvimento integral. A educação é reconhecida como um direito fundamental, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, que afirma ser dever do Estado e da família garantir educação de qualidade, proporcionando o desenvolvimento pessoal e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Neste sentido, a educação inclusiva deve ser compreendida como um processo que valoriza a diversidade e a especificidade dos indivíduos, promovendo práticas que respeitem o pluralismo cultural e social (Delors et al., 1998). A Declaração de Salamanca (1994) reforça a necessidade de escolas acolhedoras, capazes de atender a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

A inclusão de grupos historicamente marginalizados na educação ainda enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios, destaca-se a exclusão linguística enfrentada por estudantes indígenas em escolas rurais onde o currículo é exclusivamente em português. Essa abordagem pode criar barreiras à aprendizagem e ao desenvolvimento cultural desses alunos, limitando seu acesso ao conhecimento e à participação plena na sociedade.

A Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) estabelece que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino,

assegurando os serviços de apoio necessários para atender às peculiaridades dos alunos (Brasil 1996). No entanto, sua aplicação na realidade educacional ainda apresenta limitações.

A exclusão linguística, como forma de exclusão educacional, evidencia um dos principais entraves da educação inclusiva: a falta de adaptação curricular para atender às necessidades de diferentes grupos culturais.

Segundo Mantoan (2006), os sistemas escolares muitas vezes reforçam divisões entre alunos considerados "normais" e aqueles que necessitam de suporte específico, sem romper com um modelo tradicional que ignora subjetividades e a diversidade cultural. Assim, a estrutura escolar pode reproduzir um ensino homogeneizado, inadequado às realidades socioculturais dos alunos indígenas.

Dessa forma, este artigo busca analisar os desafios apresentados pelo cenário de exclusão linguística nas escolas rurais com estudantes indígenas e propor estratégias para tornar o currículo mais inclusivo. A escola de qualidade, segundo Lima (2001), deve garantir condições para que todos os estudantes tenham acesso ao aprendizado, promovendo autonomia e cidadania.

Além disso, Moreira (2006) destaca que a inclusão educacional não se restringe ao acesso físico à escola, mas exige transformações profundas no sistema de ensino, garantindo respeito às diferenças individuais e formação de professores capacitados para atuar em contextos multiculturais.

Neste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em revisão integrativa da literatura (Bublitz et al., 2012), que possibilita reunir e sistematizar conhecimentos sobre o tema. Os critérios de inclusão da pesquisa foram estudos que abordam políticas educacionais inclusivas, formação de professores e práticas pedagógicas que favorecem a inclusão de estudantes indígenas.

A investigação busca responder à seguinte questão central: Como o currículo escolar pode ser adaptado para garantir um ensino mais inclusivo e alinhado à realidade cultural dos estudantes indígenas?

O sistema educacional brasileiro, apesar de prever a inclusão, ainda enfrenta dificuldades na implementação de estratégias eficazes para garantir um ensino verdadeiramente acessível e equitativo. A exclusão linguística de estudantes indígenas é um exemplo desse desafio.

A falta de materiais didáticos bilíngues, a ausência de formação específica para professores e a predominância de um currículo que não considera a diversidade cultural são

fatores que contribuem para essa exclusão. Diante desse contexto, este artigo busca responder à seguinte questão: De que forma a adaptação curricular pode contribuir para a inclusão educacional de estudantes indígenas em escolas rurais brasileiras?

1.1 Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar os desafios e propor estratégias para adaptar o currículo escolar, promovendo a inclusão linguística e cultural de estudantes indígenas em escolas rurais.

Objetivos Específicos

- Identificar barreiras educacionais enfrentadas por estudantes indígenas devido à exclusão linguística;
- Analisar políticas públicas e diretrizes curriculares que possam contribuir para a inclusão desses estudantes;
- Discutir estratégias pedagógicas para adaptar o ensino às necessidades linguísticas e culturais dos estudantes indígenas;
- Sugerir práticas de formação docente para capacitar professores a trabalhar em contextos educacionais diversos.

2 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, utilizando a Revisão Integrativa da Literatura como método de investigação. A revisão integrativa permite a análise crítica e ampla da produção científica sobre o tema, reunindo e sintetizando diferentes estudos para proporcionar um entendimento mais abrangente da problemática investigada (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

Dessa forma, busca-se consolidar as evidências científicas acerca da exclusão linguística de estudantes indígenas no Brasil e das possíveis adaptações curriculares para mitigar esse problema. O levantamento bibliográfico foi conduzido por meio de pesquisa em bases de dados acadêmicas reconhecidas, considerando artigos publicados no período de 2002 a 2024. Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para garantir a relevância e qualidade dos estudos selecionados.

Este estudo caracteriza-se como uma Revisão Integrativa da Literatura, que permite a identificação, análise e síntese de estudos relevantes sobre um tema específico, possibilitando uma visão mais ampla sobre as abordagens já exploradas e as lacunas existentes (Bublitz et al., 2012).

Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa segue as seguintes etapas: formulação da questão de pesquisa, que consiste na definição clara do problema investigado; busca e seleção da literatura, para a identificação de artigos relevantes conforme critérios estabelecidos; categorização dos estudos, com a organização das informações coletadas de acordo com temas recorrentes; avaliação crítica dos estudos incluídos, que envolve a análise da qualidade metodológica dos trabalhos selecionados; e, por fim, interpretação e síntese dos resultados, fase que se dedica ao desenvolvimento da discussão teórica baseada nos achados da revisão.

A pesquisa foi realizada em bases de dados acadêmicas indexadas e amplamente reconhecidas na área da educação e ciências sociais, incluindo Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Educational Resources Information Center (ERIC), Web of Science e Redalyc.

Para a busca dos estudos, foi realizado um cruzamento de palavras-chave utilizando os seguintes descritores em português, inglês e espanhol: “Inclusão educacional” (“Educational inclusion” / “Inclusión educativa”), “Exclusão linguística” (“Linguistic exclusion” / “Exclusión lingüística”), “Educação indígena” (“Indigenous education” / “Educación indígena”) e “Currículo inclusivo” (“Inclusive curriculum” / “Currículo inclusivo”). Foram considerados estudos publicados entre 2002 e 2024, a fim de garantir que as evidências analisadas estejam atualizadas e alinhadas às discussões contemporâneas sobre a inclusão educacional e a exclusão linguística no Brasil.

Para garantir a relevância e qualidade dos estudos analisados, foram adotados critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados em periódicos indexados e de acesso completo, estudos que abordam a exclusão linguística e desafios da educação indígena no Brasil, pesquisas sobre adaptação curricular para estudantes indígenas e trabalhos acadêmicos publicados em português, inglês ou espanhol.

Foram excluídos artigos que abordam a exclusão educacional sem foco na questão linguística, estudos que analisam exclusivamente a educação indígena em outros países, trabalhos sem metodologia explícita ou sem fundamentação teórica consistente, além de documentos de opinião ou ensaios sem base empírica.

3. Exclusão Linguística e Educação Indígena: Desafios e Caminhos para um Currículo Inclusivo

A exclusão linguística é um fenômeno que ocorre quando um sistema educacional não contempla a língua materna dos alunos, dificultando sua compreensão e participação ativa no processo de aprendizagem. Essa realidade afeta especialmente estudantes indígenas matriculados em escolas rurais, onde o currículo frequentemente ignora a diversidade linguística e cultural dessas comunidades.

Segundo Mantoan (2006), os sistemas escolares ainda operam sob uma lógica reducionista e formalista, separando os alunos entre "normais" e "especiais", sem considerar a riqueza da diversidade cultural e linguística. Esse modelo, baseado em uma visão tradicional de ensino, reforça práticas que não contemplam a especificidade dos grupos indígenas, dificultando sua inclusão efetiva no ambiente escolar.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece que todas as escolas devem acolher crianças independentemente de suas condições sociais, emocionais e linguísticas, garantindo um ensino que respeite suas particularidades. No entanto, a implementação dessa diretriz tem encontrado barreiras na realidade educacional brasileira.

A ausência de um currículo bilíngue e a escassez de professores preparados para atuar em contextos interculturais comprometem a equidade educacional, refletindo-se no desempenho acadêmico dos alunos e na sua conexão com a escola.

Para Garcia et al. (2006), a participação da família e da comunidade escolar é essencial para o sucesso da inclusão, pois permite uma troca de saberes que valoriza a identidade cultural dos estudantes e evita a imposição de um modelo educativo homogêneo e excludente.

3.1 Análise do Cenário

A exclusão linguística nas escolas rurais indígenas manifesta-se de diversas formas, sendo um dos principais fatores que levam à evasão e ao baixo desempenho acadêmico.

Segundo Silva et al. (2012), um dos desafios da educação inclusiva é garantir que o professor esteja preparado para adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades dos alunos, compreendendo que a aprendizagem ocorre por meio da interação social e do reconhecimento das especificidades de cada estudante. No entanto, a formação docente muitas vezes desconsidera essa realidade, resultando em práticas uniformizadas que não atendem às demandas dos povos indígenas.

A falta de materiais didáticos bilíngues é um dos maiores obstáculos para a aprendizagem. Conforme apontado por Toledo e Martins (2009), a aprendizagem se efetiva por meio da mediação do professor e dos instrumentos de ensino disponíveis. Quando não há

materiais contextualizados à realidade dos alunos, o processo de ensino torna-se distante de suas vivências, limitando sua participação ativa.

Além disso, a ausência de professores fluentes na língua materna dos estudantes indígenas agrava o problema, impedindo uma comunicação eficiente e a construção de uma aprendizagem significativa.

Outro impacto relevante da exclusão linguística é a desmotivação dos estudantes, que muitas vezes não se sentem representados no ambiente escolar. Lima (2010) destaca que o professor desempenha um papel fundamental na inclusão, devendo atuar não apenas como mediador do conhecimento, mas também como agente de transformação social.

No entanto, quando o currículo desconsidera a cultura indígena e impõe um modelo de ensino exclusivamente em português, há uma ruptura no vínculo entre o aluno e sua identidade cultural, dificultando sua permanência na escola. Essa situação compromete não apenas o aprendizado, mas também o fortalecimento da cultura e da língua indígena, resultando em um processo de assimilação forçada que pode levar à perda de traços fundamentais da identidade desses povos.

Entre os principais impactos desse cenário, destacam-se a dificuldade de compreensão dos conteúdos, levando a um baixo desempenho acadêmico; a desmotivação e a evasão escolar devido à falta de representação cultural; e a perda do vínculo com a cultura e a língua materna, prejudicando a identidade dos alunos. Esse quadro evidencia a necessidade urgente de reformulações no currículo e nas práticas pedagógicas para garantir um ensino mais inclusivo e alinhado à realidade dos estudantes indígenas.

3.2 Propostas de Estratégias para um Currículo Mais Inclusivo

Diante dos desafios identificados, a literatura aponta diferentes estratégias para a construção de um currículo mais inclusivo e intercultural. Segundo Briant e Oliver (2012), o ensino colaborativo entre professores e a adoção de metodologias que valorizem a diversidade são fundamentais para o sucesso da inclusão. Para superar a exclusão linguística e garantir um ensino mais equitativo, propõem-se três estratégias principais.

A primeira estratégia consiste na implementação de um currículo bilíngue, que valorize tanto a língua materna dos alunos quanto a língua portuguesa. De acordo com Alves e Matsukura (2012), o uso de recursos pedagógicos adaptados ao contexto dos estudantes pode facilitar o aprendizado e promover uma maior conexão entre a escola e a comunidade.

O desenvolvimento de materiais didáticos bilíngues é essencial para garantir que os alunos possam acessar o conhecimento em sua língua de origem, facilitando a compreensão dos conteúdos e reduzindo as barreiras linguísticas no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, incluir referências culturais indígenas nos textos escolares fortalece a identidade dos estudantes e contribui para um ambiente mais acolhedor e representativo.

A segunda estratégia envolve a formação de professores para a educação intercultural. Toledo e Vitaliano (2012) argumentam que a capacitação docente é um fator decisivo para a efetivação da inclusão, sendo necessário oferecer formações específicas sobre línguas indígenas e metodologias de ensino adaptadas a essa realidade.

O incentivo à contratação de professores indígenas é outro elemento crucial para a mediação cultural dentro das escolas, promovendo um ensino que respeite e valorize a identidade dos alunos.

Segundo Vilaronga e Mendes (2014), a colaboração entre professores e profissionais da educação especial também pode contribuir para a elaboração de práticas pedagógicas mais inclusivas e adequadas ao contexto de cada escola.

Por fim, o envolvimento da comunidade na construção do currículo é um aspecto essencial para garantir a legitimidade do ensino. Silveira, Enumo e Rosa (2012) destacam que a participação ativa das lideranças indígenas na definição dos conteúdos escolares pode fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, possibilitando a troca de saberes e a valorização das tradições locais.

Promover espaços de diálogo entre a escola e os representantes indígenas pode contribuir para a elaboração de um currículo que respeite os saberes ancestrais e inclua práticas pedagógicas alinhadas à cultura dos estudantes. Além disso, incentivar atividades extracurriculares, como oficinas de arte, música e histórias tradicionais, pode ampliar as oportunidades de aprendizagem e fortalecer a identidade cultural dos alunos.

A implementação dessas estratégias requer esforços coordenados entre governo, escolas e comunidades indígenas. Segundo Matos e Mendes (2015), a inclusão efetiva só será possível com investimentos em políticas públicas que garantam formação continuada para os professores, produção de materiais didáticos bilíngues e a participação ativa das comunidades indígenas na gestão educacional.

A adoção dessas medidas pode contribuir significativamente para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva, garantindo que os estudantes indígenas tenham acesso a um ensino de qualidade, sem abrir mão de sua identidade cultural e linguística.

A exclusão linguística no sistema educacional brasileiro ainda é um desafio persistente, mas que pode ser superado com estratégias pedagógicas e políticas públicas bem estruturadas. A valorização da língua materna, a capacitação docente e o envolvimento da comunidade escolar são elementos fundamentais para promover uma educação mais equitativa e alinhada às necessidades dos estudantes indígenas.

4. Discussão e Reflexões

A implementação de um currículo inclusivo para estudantes indígenas, especialmente em contextos rurais, exige um esforço coletivo que envolva professores, comunidade escolar e políticas públicas eficazes.

A revisão da literatura demonstrou que a exclusão linguística impacta negativamente o desempenho acadêmico e a permanência dos estudantes indígenas na escola, além de comprometer sua identidade cultural (Mantoan, 2006; Lima, 2010).

No entanto, os estudos analisados apontam que, quando há políticas educacionais que promovem o bilinguismo e a formação intercultural de professores, os resultados são significativamente positivos para a inclusão e aprendizagem desses alunos (Alves; Matsukura, 2012; Toledo; Martins, 2009).

Apesar dos avanços teóricos na área da educação inclusiva, os desafios para sua implementação ainda são expressivos. A literatura revisada aponta lacunas na formação de professores para a educação bilíngue e na oferta de materiais didáticos contextualizados à realidade dos alunos indígenas (Toledo; Vitaliano, 2012; Matos; Mendes, 2015).

Além disso, os estudos convergem na necessidade de envolver a comunidade indígena na construção curricular, garantindo que a escola se torne um espaço de valorização da cultura e do conhecimento tradicional (Silveira; Enumo; Rosa, 2012).

A exclusão linguística nas escolas rurais indígenas manifesta-se de diversas formas, sendo um dos principais fatores que levam à evasão e ao baixo desempenho acadêmico.

Segundo Silva et al. (2012), um dos desafios da educação inclusiva é garantir que o professor esteja preparado para adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades dos alunos, compreendendo que a aprendizagem ocorre por meio da interação social e do reconhecimento das especificidades de cada estudante. No entanto, a formação docente muitas vezes desconsidera essa realidade, resultando em práticas uniformizadas que não atendem às demandas dos povos indígenas.

A falta de materiais didáticos bilíngues é um dos maiores obstáculos para a aprendizagem. Conforme apontado por Toledo e Martins (2009), a aprendizagem se efetiva por meio da mediação do professor e dos instrumentos de ensino disponíveis. Quando não há materiais contextualizados à realidade dos alunos, o processo de ensino torna-se distante de suas vivências, limitando sua participação ativa.

Outro impacto relevante da exclusão linguística é a desmotivação dos estudantes, que muitas vezes não se sentem representados no ambiente escolar. Lima (2010) destaca que o professor desempenha um papel fundamental na inclusão, devendo atuar não apenas como mediador do conhecimento, mas também como agente de transformação social.

No entanto, quando o currículo desconsidera a cultura indígena e impõe um modelo de ensino exclusivamente em português, há uma ruptura no vínculo entre o aluno e sua identidade cultural, dificultando sua permanência na escola. Essa situação compromete não apenas o aprendizado, mas também o fortalecimento da cultura e da língua indígena, resultando na assimilação forçada e na perda de aspectos fundamentais da identidade desses povos.

4.1 Análise Crítica dos Estudos

A análise dos estudos revisados revelou diferentes abordagens em relação à inclusão linguística e cultural de estudantes indígenas. Algumas pesquisas enfatizam a necessidade de um currículo bilíngue como fator central para a equidade no ensino (Alves; Matsukura, 2012), enquanto outras destacam a formação docente como a principal barreira para a implementação de estratégias mais eficazes (Toledo; Vitaliano, 2012).

Entre os principais desafios identificados, destacam-se a falta de professores bilíngues, pois a escassez de docentes fluentes na língua indígena e com formação específica em educação intercultural dificulta a aplicação de metodologias adaptadas (Mallmann et al., 2014).

Além disso, a ausência de materiais didáticos contextualizados impede a conexão dos alunos indígenas com o conteúdo escolar, desconsiderando suas referências culturais e impactando diretamente sua motivação e engajamento nas atividades (Fiorini; Manzini, 2014).

Outro fator crítico é a pouca participação da comunidade na formulação curricular, o que distancia os saberes tradicionais da estrutura educacional, comprometendo a efetividade do aprendizado (Garcia et al., 2006).

Por outro lado, os estudos que analisaram programas bem-sucedidos de educação indígena demonstraram que, quando há valorização da língua materna e da cultura local, os

impactos são positivos na autoestima dos alunos e na sua permanência na escola (Barbosa; Rosini; Pereira, 2007; Costa; Moreira; Seabra Júnior, 2015).

Dessa forma, a participação ativa da comunidade no planejamento curricular e na definição das estratégias pedagógicas fortalece a identidade cultural dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais significativa e alinhada às suas vivências.

4.2 Implicações para a Área de Estudo

Os achados desta revisão reforçam a necessidade de ampliar os investimentos na formação de professores para a educação intercultural e na produção de materiais didáticos bilíngues. As políticas educacionais devem ser reformuladas para incluir a participação ativa das comunidades indígenas no planejamento curricular, garantindo que o ensino seja não apenas acessível, mas também significativo para os estudantes (Santos; Martins, 2015).

A valorização da língua materna e da cultura indígena não se trata apenas de uma estratégia pedagógica, mas de uma questão de justiça social. Um currículo que respeita e integra os saberes indígenas contribui para a preservação cultural e para a construção de uma sociedade mais equitativa (Carnevale et al., 2013).

Além disso, a implementação de programas de educação bilíngue tem demonstrado impactos positivos na aprendizagem, promovendo uma melhor compreensão dos conteúdos e facilitando a transição para o domínio da língua portuguesa de forma progressiva e contextualizada (Castro; Almeida, 2014).

A implementação dessas estratégias apresenta desafios, como a necessidade de investimento na formação docente e na produção de materiais bilíngues. Além disso, é essencial garantir que as políticas públicas de educação indígena sejam cumpridas e ampliadas. Contudo, os benefícios são significativos: um currículo inclusivo não apenas melhora o desempenho acadêmico, mas também fortalece a autoestima e identidade cultural dos alunos, promovendo um ambiente escolar mais justo e equitativo.

Portanto, a literatura analisada sugere que a inclusão linguística de estudantes indígenas requer um compromisso coletivo, que envolve professores, gestores, famílias e comunidades. A adoção de políticas educacionais que promovam o bilinguismo e a valorização cultural é um passo fundamental para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

Dessa forma, é necessário um esforço contínuo para assegurar que as práticas educacionais respeitem a diversidade e proporcionem oportunidades equitativas de aprendizado para todos os alunos.

5. Conclusão

A exclusão linguística nas escolas indígenas representa um desafio significativo para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. A revisão da literatura evidenciou que a ausência de um currículo bilíngue, a falta de formação de professores para a educação intercultural e a escassez de materiais didáticos contextualizados dificultam a aprendizagem e contribuem para a evasão escolar de estudantes indígenas.

No entanto, os estudos analisados demonstram que a implementação de políticas educacionais voltadas para o bilinguismo, a participação ativa da comunidade na construção curricular e a valorização dos saberes tradicionais podem transformar o ambiente escolar, promovendo um ensino mais equitativo e alinhado à realidade cultural desses alunos.

Diante das lacunas identificadas, recomenda-se que futuras pesquisas explorem experiências bem-sucedidas de educação bilíngue em diferentes contextos regionais, analisando os impactos dessas iniciativas na aprendizagem e na identidade cultural dos estudantes.

Além disso, estudos que avaliem a efetividade da formação docente para o ensino intercultural e o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes podem contribuir para avanços na inclusão educacional. Assim, o presente estudo reforça a necessidade de um compromisso coletivo entre governo, escolas e comunidades para garantir que a educação indígena seja respeitosa, significativa e promotora da diversidade cultural.

Referências

ALMEIDA, D. B. et al. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 327-342, 2007.

ALVES, A. C. J.; MATSUKURA, T. S. O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção dos professores. *Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar*, v. 20, n. 3, p. 381-392, 2012.

BARBOSA, A. J. G.; ROSINI, D. C.; PEREIRA, A. A. Atitudes parentais em relação à educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 13, n. 3, p. 447-458, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 1, p. 141-154, 2012.

BUBLITZ, S. et al. Estresse em estudantes de enfermagem: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem UFSM*, v. 2, n. 3, p. 530-538, 2012.

CARNEVALE, L. B. et al. Comunicação alternativa no contexto educacional: conhecimento de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 19, n. 2, p. 243-256, 2013.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, 2014.

COSTA, C. R.; MOREIRA, J. C. C.; SEABRA JÚNIOR, M. O. Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino de alunos com TDAH em aulas de educação física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 1, p. 111-126, 2015.

CRUVINEL, Silma Peres. Inclusão social? De quem e para quem?. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 40, n. 1, p. 309-324, 2023. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4157. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

DA ROCHA RIBAS, Márcia Helena. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **Altus Ciência**, v. 20, n. 20, p. 343-356, 2023. Disponível em http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/189. Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 2 fev. 2025.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI.** 2. ed. Brasília, DF: Cortez Editora, 1998.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, 2014.

GARCIA, L. B. et al. Reflexões sobre o processo de inclusão escolar na perspectiva da família. *Temas sobre Desenvolvimento*, v. 15, n. 87-88, p. 21-25, 2006.

GIL, Nuno Miguel Pedro; SÁ, Susana. O papel de liderança dos coordenadores de departamento curricular. **Altus Ciência**, v. 16, n. 16, p. 216-265, 2023.Disponível em http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/69. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

LIMA, M. Educação de qualidade: diferentes visões. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 128-131, 2001.

LIMA, H. T. S. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria da subjetividade. *E-Revista Facitec*, v. 4, n. 1, 2010.

MALLMANN, F. M. et al. A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 20, n. 1, p. 131-146, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha.** In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. (Org.). **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2015.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MOREIRA, M. A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação. *Construindo o Serviço Social*, n. 16, p. 59-87, 2006.

SANTOS, Ana Rachel Pires Cantarelli; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia. Profissão Docente: múltiplas facetas e desafios na mobilização e valorização dos saberes. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 423-438, 2023. Disponível em http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altusciencia/article/view/135. Acesso em 05 de janeiro de 2025.

SANTOS, T. C. C.; MARTINS, L. A. R. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 3, p. 395-408, 2015.

SADOYAMA, Adriana dos Santos Prado; LEAL, Geraldo Sadoyama; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Os círculos dialógicos investigativo-formativos como metodologia de auto (trans) formação dos docentes da Educação Infantil: possibilidades. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 01-11, 2024. Disponível em https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4872. Acesso em 22 de janeiro de 2025.

SILVEIRA, K. A.; ENUMO, S. R. F.; ROSA, E. M. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, 2012.

SILVA, Adinairde Neves da. Prática pedagógica: desafios de transformar a teoria na práxis inclusiva**. Humanidades & Tecnologia (FINOM),** Paracatu, v. 40, p. 398-410, maio/jul. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8152396. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.8152396.

TOLEDO, E. H.; MARTINS, J. B. A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de Vygotsky. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 9.; ENCONTRO SUL-BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA - ESBP-ABPP, 3., 2009, Curitiba. *Anais eletrônicos*... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

TOLEDO, E. H.; VITALIANO, C. R. Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 18, n. 2, p. 319-336, 2012.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014